

A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, AS ESTRATÉGIAS DE CONTROLE PSICO-POLÍTICO E SEUS IMPACTOS NAS PRÁTICAS ESCOLARES.

The productive restructuration, the strategies of psycho-political control
and their impact in the scholar practices

*Sidney N. Oliveira*¹

RESUMO

Este trabalho visa contribuir para uma reflexão sobre os impactos da reestruturação produtiva na vida do trabalhador em educação. Objetiva-se, a partir daí, analisar os impactos políticos, cognitivos e afetivos dos profissionais envolvidos em educação (dirigentes, professores, psicólogos, orientadores, técnicos, entre outros). Parte-se da premissa de que a perda da identidade e de qualquer tipo de referência Político-Cognitivo-Afetiva no trabalho é, em grande parte, consequência de uma sociedade injusta, de um modelo sócio-econômico explorador e de governos que possuíam outras prioridades.

Palavras-chave: subjetividade, práticas escolares, equipes pedagógicas

ABSTRACT

This paper aims to contribute to a reflection on the impact of productive restructuring in school practice, the functioning of pedagogical teams and the goals established by the school. Objective is, thereafter, to examine the political effects, cognitive and affective professionals involved in education (directors, teachers, psychologists, counselors, technicians, among others). It starts with the premise that the loss of identity and any kind of political references in the cognitive-affective labor is, in large part the consequence of an unjust society, a socioeconomic model explorer and governments had other priorities.

Keyword: subjectivity, school practices, team teaching,

¹ Pós-Doutor em Economia da Educação pela FE-USP. Doutor em Psicologia Social e do Trabalho pelo IP-USP. Professor Associado da UFPR

QUESTÕES INTRODUTÓRIAS: A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Os fatores psicossociais no trabalho existem desde o surgimento do ser humano. As relações sociais catalisaram o abandono de uma estrutura nômade de sociedade e de trabalho, acelerada com o surgimento da Horda e depois do Estado.

O trabalho humano desenvolveu o próprio homem, pois o obrigou a utilizar as mãos e a fabricar instrumentos para a realização das tarefas. Essa qualidade proporcionou ao homem a execução de processos cada vez mais complexos. No campo da educação esse processo seguiu o mesmo curso.

A existência humana é a história de suas relações sociais e de seu desenvolvimento na Terra e no Espaço - é a história do trabalho e das formas de poder utilizadas nesse contexto. O desenvolvimento da civilização revelou o nascimento de uma autoridade ancorada em um poder legitimado pelas organizações e seus representantes.

Com o Estado, criou-se uma referência sócio-afetivo-cognitiva que, ao longo da história, determinou normas de conduta para cada indivíduo e criou noções, como o bem comum, a representação política, os direitos e deveres, mas raros foram os momentos em que os trabalhadores influenciaram decisivamente a dinâmica desse processo.

Com a escola de ricos e pobres se criava o Estado se intitulava capaz de gerir a qualificação da força do trabalho e das elites pensantes e dirigentes. Ao tomar da família ambos os processos re-significou tanto um quanto outro.

Desde as primeiras formas coletivas de produção, pode-se afirmar que o indiví-

duo que fornecia sua força de trabalho sempre foi subordinado à autoridade de quem detinha o poder, seja da tradição, seja da tecnologia, das armas, do capital.

As reestruturações e requalificações do trabalho e do trabalhador são consequências diretas das modificações adotadas pelo modo de produção capitalista para manter sua dominação político-econômica e continuar a obter e gerenciar a mais-valia.

A discussão sobre o fim do emprego que se trava desde o século passado é impulsionada pelas exigências de modernização da tecnologia de controle produtivo-comportamental. Até a metade do século XX, poder-se-ia dizer que a busca pela maximização da performance constituiu-se em um valioso instrumento de poder que o capitalista utilizava para melhorar o seu produto e, ao mesmo tempo, aumentar a produtividade e seu lucro.

O desenvolvimento industrial da sociedade capitalista ampliou, consideravelmente, ao longo dos séculos, a necessidade de uma política estratégica de gestão e controle de pessoas, privilegiando direta ou indiretamente concepções e organizações que tornassem as performances cada vez mais eficientes.

A propagada modernidade do capitalismo, representada pela globalização econômica e pelos paradigmas neoliberais trouxe novas concepções do gerenciamento do trabalho no modo de produção capitalista, dentre as quais se destaca a maximização do desempenho, o culto ao sucesso e a competição por meio do que se intitulou gestão da qualidade e da produtividade. A premissa em questão quer reforçar a idéia de que a maioria dos problemas sócio-organizacionais pode ser resolvida com a excelência gerencial.

A IDEOLOGIA DA QUALIDADE E DA PRODUTIVIDADE

A gestão de controle nas indústrias acompanhou essas modificações, abandonando as teses mais mecanicistas e positivistas e desenvolvendo ou apropriando-se de teorias que dessem conta da subjetividade da conduta e relações interpessoais e intergrupais no trabalho, como por exemplo, a motivação, a liderança e as relações humanas, dentre outros fatores.

A gestão e controle pela qualidade e produtividade é um sistema de trabalho cooperativo, com decisões descentralizadas e delegação de responsabilidade. Os grupos de análise e controle gerencial da conduta do desempenho são autônomos em relação as suas tarefas e, algumas vezes, decidem coletivamente os destinos da empresa. Mas essa autonomia não atinge o âmbito econômico e político da organização.

O estabelecimento de compromissos com a política institucional se efetiva na medida em que o indivíduo relaciona a cultura institucional - consciente ou inconscientemente - com seus valores e normas, ou seja, o indivíduo sente uma semelhança entre ambos, a ponto de identificar-se com a cultura institucional, que, assim, lhe parece familiar e lhe permite estabelecer vínculos, comprometendo-se psicologicamente com a organização.

Na excelência e maximização do desempenho a dominação tornou-se uma instância repressora, pois é conseguida por meio da internalização da cultura institucional. Nas concepções gerenciais modernas, é reforçada a maximização do desempenho dos trabalhadores. Para obter o resultado esperado (produtividade e lucro), a organização articula e constrói

estratégias de dominação clínica do social que procuram levar em conta o desejo do trabalhador.

Esse processo se repete dentro das organizações e a escola não é uma exceção. Uma das estratégias de dominação institucional ocorre quando se manipula o indivíduo - pela cultura e o mal-estar conseqüente, pelas relações de poder, ou pelo "marketing interno".

Ao introjetar os valores da cultura institucional, o indivíduo permite que ocorra a identificação dos desejos egóicos com as metas institucionais. Essa permissão é, na maioria das vezes, inconsciente, pois o indivíduo não se apercebe de que está sendo dominado afetivamente pela instituição.

O objetivo da gestão da qualidade e produtividade é o controle político, cognitivo e afetivo do desempenho. O poder da ideologia da maximização do desempenho incentiva o estabelecimento de vínculos de afeto e intelectuais entre as pessoas e as organizações.

Com isso, os conceitos e valores privilegiados pelo neoliberalismo são consumidos como passaporte para o prazer, proporcionando a elite dominante o gozo de controlar sem usar a força, e tendo como seu foco principal a geração futura, ou seja, o aluno e sua inserção futura no mundo do trabalho.

A fronteira entre consciência e ilusão é, na maioria das vezes, imperceptível. Mas a subjetividade não nega a consciência, apenas a requalifica. Mesmo assim, torna-se fundamental reconhecer que os processos conscientes têm seus limites de possibilidade e manutenção. Isso significa que para tornar-se ou transformar-se em uma crença ilusória há investimentos atualizados e constantemente reforçados.

Segundo a teoria freudiana, não há uma única e definitiva resolução para os fenômenos afetivos, porém o indivíduo que consegue gerir construtivamente e efetivamente os seus desejos e as exigências derivadas do seu contexto tem a possibilidade de atingir um equilíbrio ou até mesmo a maturidade afetiva.

Na rede de significantes em que a subjetividade se desenvolve, o nome próprio será a metáfora de uma gama enorme de desejos. Essa história se edificará levando em conta, por um lado, a sua herança subjetiva, mas, por outro, certamente encobrirá ideologias assimiladas no universo sócio-familiar.

AS EQUIPES PEDAGÓGICAS E AS PRÁTICAS ESCOLARES

No campo da educação nota-se idêntica contradição, pois, se por um lado, podem ser destacadas a teoria e a prática de grandes educadores, o avanço de escolas, institutos e universidades de ponta, a qualidade e produtividade de inúmeras pesquisas, por outro lado, convive-se com o analfabetismo, com o elitismo universitário e com uma péssima qualificação e remuneração dos docentes.

Quais são os resultados práticos do banimento das cartilhas, da aprovação automática ou da notoriedade dos slogans e panfletos? A estruturação do ensino em ciclos resolveu os problemas a que se propôs? Encontrar analfabetos na quinta série do ensino médio foi um avanço?

Desde a formação dos currículos até a hegemonia didático-pedagógica de determinados saberes – ver, por exemplo, a “moda” construtivista, a escola importou da indústria muito mais que uma teoria gerencial. Toda uma ideologia que se impõe

por meio de leis, teorias e, principalmente, práticas cotidianas. É por meio da naturalização da rotina que uma ideologia é introjetada e internalizada.

A composição de uma equipe não é uma tarefa simples dentro de uma escola, pois é componente estratégico de planejamento e produção de toda administração escolar. Por meio da equipe pedagógica que se adéquam as práticas escolares aos princípios, objetivos e metas da escola.

Aliás, é o diretor que assegura e regula a constituição das equipes pedagógicas e o seu funcionamento. O controle dessas equipes assegura a adesão e o comprometimento espontâneo e, praticamente, incondicional de todos os integrantes da instituição escolar para com as metas pretendidas pela direção da escola.

Como o grande pai que cria e legisla a lei de sua família seu controle vai do emocional ao político de acordo com as necessidades. As interdições latentes ou manifestas dos membros da equipe pedagógica (re) significam e até (re) organizam a subjetividade a partir da ideologia hegemônica.

Os processos de influência e de dominação numa organização e, especificamente numa escola, tornam-se possíveis quando ocorrem mecanismos de identificação do indivíduo com a ideologia organizacional, implícita e explícita na estrutura formal e na informal da equipe pedagógica nas instituições escolares e educacionais.

O marketing do sucesso não se restringe as propagandas governamentais. Muitos pais e alunos acreditam que a nova escola, moderna e competitiva, está indo bem. Nesse ponto tradicionais instrumentos de análise pouco conseguirão explicar. Por isso entre a capitulação e a argumentação panfletária pouco se tem dito a esse respeito.

A construção e a constituição de um processo de submissão ou de comprometimento se iniciam gradativamente quando o indivíduo internaliza em sua infância, os saberes e a ética valorizados pela família e pela sociedade em que está inserido. A gestão dos desejos impõe-se na medida em que esses desejos têm que enfrentar a lei imposta pela família, pela sociedade e por seus representantes.

O Discurso da Modernidade também é hegemônico na equipe pedagógica e representa à instrumentalização de uma política que privilegia o conhecimento e o comportamento adequados as metas estabelecidas pelos que detêm o poder na sociedade capitalista.

O desempenho escolar, por exemplo, revela a intimidade e as escolhas dos indivíduos e dos grupos ou mesmo das equipes. Desvela estratégica e espontaneamente, as expectativas que crianças e adultos possuem sobre seu existir no contexto educacional.

Na sociedade brasileira atual, o desempenho das pessoas é, na maioria das vezes, regulado por uma demanda social que valoriza o desempenho. Durante muito tempo o analfabetismo foi conveniente a elite governante da sociedade brasileira.

Além disso, a especificidade da privatização escolar formava o caleidoscópio ideológico que instrumentalizaria teórica e tecnicamente o surgimento de um novo homem e de uma nova sociedade, sob a égide de um velho conhecido: o capital. Mas não serão novas tintas para uma velha parede?

O marketing da modernidade é a valorização dos alunos-clientes, a otimização dos meios e a maximização do desempenho. Procura-se formar o aluno de forma

ao que se acha conveniente ao mercado de trabalho. As práticas pedagógicas estão cada vez mais refêns do caleidoscópio econômico social construído pela globalização econômica transnacional.

O processo de valoração e maximização dos resultados introjeta a subjetividade de “lugares” onde o indivíduo deverá habitar para possuir o reconhecimento social, cultural ou institucional, para citar alguns exemplos.

Porém, deve-se destacar que estes lugares não interditam comportamentos e ideologias coniventes a dominação hegemônica. Em uma equipe pedagógica e na própria escola esse controle não é, muitas vezes, explícito, pois inclui, consciente ou inconscientemente, estratégias de destituição do saber e desqualificação da crítica.

As práticas escolares contemporâneas são prisioneiras de um projeto político-pedagógico mercadológico, pois a sociedade continua estruturada em classes, caracterizada pela existência da propriedade privada, pela divisão social do trabalho, pela apropriação dos meios de produção pelos donos do capital, pela venda da força de trabalho pelos trabalhadores e pelas relações socioculturais vinculadas ao processo produtivo.

As poucas alterações estruturais realizadas ou permitidas acabam por privilegiar as ações mercantis e a prosperidade do status-quo dominante. As modificações políticas são toleradas na mesma dimensão e as equipes, grupos ou indivíduos organizam sua subjetividade a partir desta perspectiva.

As práticas escolares contemporâneas se efetivam sob a vulnerabilidade do indivíduo capturado pela ilusão da perfeição na inflação de um ego que nega suas faltas

e anseia pela não-castração. Iludido com tais engodos e fantasmas crê na solução encontrada por uma cultura individualista e consumista, pois o outro e as instituições e organizações são objetos para seu gozo supremo. As possibilidades de crítica ou resistência são destituídas de formas mais diversificadas e o sujeito moderno se torna impotente e incapaz de inventar sua liberdade.

Nessa perspectiva, a reflexão crítica de indivíduos e de grupos é apaziguada pela ausência das diferenças. A massificação das identidades reforça a acomodação da pulsão agressiva e por meio dela se estabelece uma coesão conveniente ao status-quo dominante.

ALGUMAS CONCLUSÕES POSSÍVEIS

Ao influenciar resoluções individualistas e ilusoriamente auto-suficientes de processos identificatórios e simbólicos a uma estrutura que segue uma lógica mercadológica, banaliza-se a utopia, impedindo que as pessoas se reconheçam e se organizem coletivamente. Forma-se uma identidade coletiva que convenientemente iniba as diferenças e torne antagônica a diversidade.

Mas, longe de construir um projeto emancipador, a educação patrocinada pela elite brasileira não permitiu ao longo dos séculos uma problematização das contradições sociais. As tentativas de Paulo Freire foram como todos sabem, combatidas das formas mais diversas. A história brasileira registra poucos momentos de triunfo de uma educação libertadora e emancipatória.

Desprovidos da autoria de sua própria história as pessoas têm se resignado com o apocalipse neoliberal. As pessoas se

acostumaram com a situação, estar indignado ou ter esperança é, no mínimo, patológico.

O delírio de ser perfeito e da negação total da falta forjam as constituições de indivíduos que escapam das castrações fundamentais e se acreditam super-heróis almejando performances perfeitas e acreditam na real possibilidade da obtenção da verdade absoluta. Ergue-se aí uma ética e uma estética ungida na dinâmica do individualismo imperial e da eleição do outro como objeto descartável a serviço do gozo individual.

As práticas escolares se efetivam sob a vulnerabilidade do indivíduo capturado pela ilusão da perfeição na inflação de um ego que nega suas faltas e anseia pela não-castração. Iludido com tais engodos e fantasmas crê na solução encontrada por uma cultura individualista e consumista, pois o outro e as instituições e organizações são objetos para seu gozo supremo. As possibilidades de crítica ou resistência são destituídas de formas mais diversificadas e o sujeito moderno se torna impotente e incapaz de inventar sua liberdade.

As divergências e as relações de conflito fazem parte da dinâmica psíquica. O questionamento e a discordância são fundamentais para a saúde mental de pessoas, grupos, organizações e instituições. A emancipação e a transformação social tornam-se possíveis pela contradição e resolução democrática e dos conflitos.

A ausência da heteronomia não garante por si só a autonomia que necessita construir-se por meio de projetos coletivos e pessoais. Portanto, educa-se para a autonomia. O seu inverso também é verdadeiro, isto é, pode instituir-se uma política da heteronomia que simultaneamente esvazia a autonomia e educa para a heteronomia.

As críticas que não oferecem alternativas efetivas se esvaziam. Possibilitar uma subjetividade constituída em um contexto de alteridade e respeito a singularidades, construir projetos socialmente compartilhados é o grande desafio de uma educação escolar crítica e democrática que possa ser articulada coletiva e democraticamente a partir de uma cultura da paz e dos direitos humanos.

A idéia de uma práxis escolar voltada ao respeito e a construção de uma sociedade inclusiva é também uma tarefa interminável. O respeito e a promoção dos direitos humanos devem ser um projeto coletivo elaborado e instituído entre educando, educador, a escola e a comunidade onde estão inseridos e objetivando influenciar a sociedade que os contextualiza...

Por fim, conclui-se que a base econômica de uma sociedade é a geradora de quase todos os conflitos que se desenvolvem no seu interior e que a verdadeira essência humana está em sua natureza histórica e social, manifestada no fazer que conduza a um ter. A contradição da realidade possibilita que os trabalhadores em educação e todos os envolvidos nesse processo evoluam do espontaneísmo para a consciência política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Correia, J. A. (1998). Para uma teoria crítica em educação. Porto: Porto Editora.

Duarte Gomes, A. (2000). Cultura Organizacional: Comunicação e Identidade. Quarteto, Coimbra.

Freire, P. (1997). Pedagogia da Autonomia. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Gentili, P. (1998). A Falsificação do Consenso. Petrópolis: Vozes.

Gentili, P.; Alencar, C. (2001). Educar na Esperança em Tempos de Desencanto. Petrópolis: Vozes.

Oliveira, S. N. (1998). Uma Análise Crítica das Dimensões Político-Cognitivo-Afetiva na Gestão da Qualidade em Educação, Tese (Doutorado em Psicologia Social). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.

Rozitchner, L. (1989). Freud e o Problema do Poder. Escuta: S. Paulo.

Silva, T.; Gentili, P. (1996). Escola S/A. Brasília: CNTE.